Por Bruna Chieco

No Brasil, a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104) foi publicada em 9 de março de 2015. Desde então, ao menos 13.703 mulheres foram assassinadas por sua condição de ser mulher. Os dados apontam a urgência em se ampliar o debate sobre a violência contra a mulher, e pensando nisso o Fórum de Equidade e Diversidade e o Subcomitê de Liderança Feminina da Abrapp apresentaram o webinar "Do assédio ao feminicídio – compreendendo as múltiplas formas de violência contra a mulher".

O evento focou em fazer um diálogo qualificado sobre as múltiplas formas de violência contra mulher: física, emocional, psicológica e patrimonial. Luciana de Sá, Diretora Vice-Presidente da Regional Leste-Sudeste da Abrapp e responsável pelo Comitê de Sustentabilidade, alertou sobre a necessidade de informação, políticas públicas e rede de apoio para combater essa violência.

Em 2025, foram registradas 1.568 vítimas, crescimento de 4,7% em relação a 2024. Os dados são do relatório Retrato dos Feminicídios no Brasil do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, publicado este ano. O documento aponta que o desafio central não é mais a ausência de legislação, mas sua implementação efetiva, o que exige integração entre saúde, assistência social, segurança pública e sistema de justiça. "Nossa união é o que vai fazer diferença para mudar esse quadro ao qual a sociedade está imersa", destacou Luciana.

O deputado federal e Presidente da Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento das EFPC, Tadeu Veneri, que também atua na vice-presidência da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, destacou que o webinar é mais uma oportunidade de dialogar sobre essa situação que se agrava e tem ampliado. "Talvez uma das maiores vítimas do empobrecimento do Brasil sejam as mulheres", disse.

Ele reforça que pensar em criar uma proteção previdenciária é essencial para que essas mulheres não terminem o período laboral de mães e avós sem nenhum tipo de cobertura. "Precisamos garantir que as mulheres tenham algum tipo de cobertura, para que vivam com dignidade e conforto".

Raquel Castelpoggi, Coordenadora do Comitê de Sustentabilidade da Abrapp e do Fórum de Equidade e Diversidade das EFPC, foi a responsável pela moderação do evento. Durante sua fala, destacou que a misoginia tem se manifestado de forma mais intensa nos últimos tempos, afetando adolescentes, mulheres adultas e idosas. "Embora as mulheres apresentem níveis equivalentes de formação educacional e qualificação profissional, ainda enfrentam desigualdades salariais e maior demora na ascensão da carreira", afirmou.

Autonomia financeira das mulheres – Ao tratar da "Rota Crítica da Violência", o relatório Retrato dos Feminicídios no Brasil menciona a dependência econômica como um dos fatores que impede mulheres de romper o silêncio e buscar proteção. Junto com o medo, a vergonha e a pressão familiar, a vulnerabilidade financeira aparece como elemento que prolonga a permanência em contextos de violência e, portanto, aumenta o risco de feminicídio.

Ao propor caminhos para fortalecer a rede de proteção, o relatório cita explicitamente a necessidade de "priorização do acesso de mulheres em situação de violência a programas de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho". A Diretora de Seguridade da Funpresp-Exe, Regina Dias, reforça dados que mostram a vulnerabilidade da mulher em relação às finanças.

Segundo a B3, em 2025, 54.963 mulheres passaram a investir em produtos de renda variável, constituindo pouco mais de um quarto dos investidores. Desde 2021, o aumento foi de 41%. "Na previdência, também há um baixo engajamento das participantes mulheres", completou Regina,

enfatizando que a participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou, mas a desigualdade salarial persiste.

O 3º Relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios, divulgado em 2025, aponta que as mulheres ganham 20,9% a menos que os homens nos 53.014 estabelecimentos com 100 ou mais empregados(as). No primeiro relatório, a desigualdade foi de 19,4% e no segundo, 20,7%. “Isso faz com que elas tenham menos recursos para poupar e investir”, reitera Regina.

Ela apontou para questões como a menor inserção das mulheres na educação formal, em carreiras das áreas de Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática, e o contraponto do maior tempo dedicado aos cuidados no lar. “Na divisão doméstica, as mulheres ficam com mais atividades, gerando ainda mais desgaste mental e intelectual. A maternidade tem impacto”, ela pontua. Segundo um estudo sobre licença-maternidade, parte da Pesquisa Think Tank, da Fundação Getúlio Vargas, após dois anos, quase metade das mulheres que tiram licença-maternidade estão fora do mercado de trabalho, um padrão que se repete 47 meses após a licença.

Para que haja mais engajamento nesses assuntos, Regina destacou que é preciso uma visão equitativa das tarefas de cuidado, melhor divisão do trabalho e adoção de formas flexíveis de trabalho. A dependência econômica é um problema central, sendo um dos principais motivos da falta de denúncias de violência doméstica. O segredo é a educação em geral, aliada à financeira, e desmistificar que dinheiro “é coisa de homem”. “Na Funpresp-Exe, acreditamos que ser autônoma financeiramente é simples. As mulheres mais longevas precisam de maior acúmulo na sua fase laboral para ter uma velhice mais tranquila”, reforçou Regina.

Literatura como transformação – “A invalidação das mulheres é um silêncio”, destacou Andreia Roma. A CEO da Editora Leader é a idealizadora e coordenadora do selo editorial Série Mulheres, que celebra o protagonismo feminino através de livros e histórias reais, e apontou a construção de narrativas que dão voz às mulheres como ferramenta de transformação social. “Acredito nos livros como caminho de transformação, mas há muita misoginia no campo editorial”, destacou.

Depois de mais de 4 mil mulheres publicadas no selo Série Mulheres, Andreia acredita que dar voz às mulheres é deixar um legado e reparar algo que foi historicamente tirado delas, e ainda é. “A Série Mulheres tem mais de 100 títulos registrados em 182 países, e acaba sendo uma violência e desvalorização da mulher quando não damos espaço a projetos como esse”.

Momento de transição – A psicóloga e professora de psicanálise Marcia Sias destacou que a construção do ser humano, desde o nascimento até a vida adulta, pode ocorrer de forma saudável ou prejudicial. No caso dos homens, isso se reflete na maneira como a masculinidade é construída e expressa, podendo, em alguns contextos, assumir características violentas, muitas vezes como resultado da tentativa de corresponder a padrões aprendidos.

“Existe um discurso recorrente de que o homem tem que ser viril, não pode chorar, não pode demonstrar emoções. E muitos homens, diante de mulheres que rompem com essa cultura patriarcal, acabam se desestabilizando, porque cresceram acreditando que elas deveriam atender às suas necessidades”, afirmou.

Segundo ela, vivemos um momento de transição social. Enquanto os homens vêm perdendo um espaço historicamente associado ao poder e ao domínio, as mulheres avançam na conquista de direitos e oportunidades, um movimento construído com muito esforço e que segue em expansão.

Nesse cenário, surgem homens mais sensíveis e abertos a compreender as transformações nas relações de gênero, mas ainda há uma parcela significativa que mantém padrões tradicionais. Ao refletir sobre a construção do que é “ser homem” e “ser mulher”, é fundamental considerar fatores como a constituição psíquica, a cultura, os códigos sociais e as relações com figuras cuidadoras ao longo da vida.

“Dependendo de como esses elementos se articulam, encontramos homens que conseguem

compreender seu papel sem se sentirem ameaçados por mulheres que conquistam espaço. Mas também encontramos homens adoecidos, pressionados por expectativas rígidas sobre a masculinidade. E, por outro lado, é importante olhar também para as mulheres que ainda se submetem a essas condições", concluiu.

Educação desde a infância – A delegada Sandra Ornellas destacou que já existe uma legislação que prevê a abordagem da violência contra as mulheres em todos os níveis de ensino. No entanto, essa diretriz ainda não foi plenamente implementada. Para ela, mais do que criar leis, é fundamental promover mudanças sociais e garantir a aplicação efetiva dessas normas. Esse debate, segundo a delegada, precisa começar desde a infância.

Ao tratar da misoginia, Sandra ressalta a importância de olhar também para formas de violência menos visíveis. Dentro de uma lógica que historicamente coloca a mulher em posição de inferioridade, consolidou-se a ideia de que cabe a ela o trabalho reprodutivo – os cuidados com a casa, os filhos e a rotina familiar –, enquanto o homem se dedica ao trabalho produtivo.

Embora muitas mulheres já estejam inseridas no mercado de trabalho, seguem responsáveis pelas tarefas domésticas, acumulando funções numa rotina de pressão constante que compromete a saúde física e emocional e configura, segundo a delegada, uma forma grave de violência. "Mesmo fora de casa, a mulher enfrenta constrangimentos e situações de violência e, muitas vezes, ainda é responsabilizada por isso. Ou seja, transfere-se para ela um problema que é de toda a sociedade. Para romper esse ciclo, é preciso conhecer essas violências, entender como se manifestam e buscar informação", afirmou.

A delegada acredita que o enfrentamento dessas violências exige um trabalho estrutural. Em casos de agressão, o autor deve ser responsabilizado, mas também é essencial oferecer suporte para que a mulher consiga se reerguer. "Apesar dos avanços legais e das punições, os índices de violência permanecem elevados. Isso mostra que as medidas punitivas são importantes, mas insuficientes. Por isso, a prevenção é indispensável, assim como o avanço no diálogo e no trabalho com os homens", concluiu.

Palavras finais – O encerramento foi conduzido por Vanessa Dall Inha, Coordenadora do Subcomitê de Engajamento e Lideranças Femininas. Em sua fala, ela ressaltou a necessidade de ir além do encontro, destacando que discutir a violência contra a mulher é assumir uma responsabilidade coletiva. Trata-se, segundo ela, de praticar a escuta ativa e ter coragem para agir, mesmo diante dos inúmeros desafios que ainda silenciam ou invisibilizam essas situações.

Vanessa reforçou que esse é um movimento contínuo, que começa na conscientização, mas se fortalece na prática, e expressou o desejo de que o público saia mais atento, preparado e informado, sobretudo mais disposto a reconhecer, acolher e agir de forma conjunta. "É na atitude de estender a mão a quem precisa, de apoiar e de amplificar tudo o que foi debatido aqui. A informação transforma. A ação protege. E o silêncio não pode ser uma opção", concluiu.

Clique aqui para acessar a gravação do webinar no YouTube.

Fonte: Abrapp em Foco, em 31.03.2026.